



Quero um empréstimo É uma ordem!

2 de abril de 2014

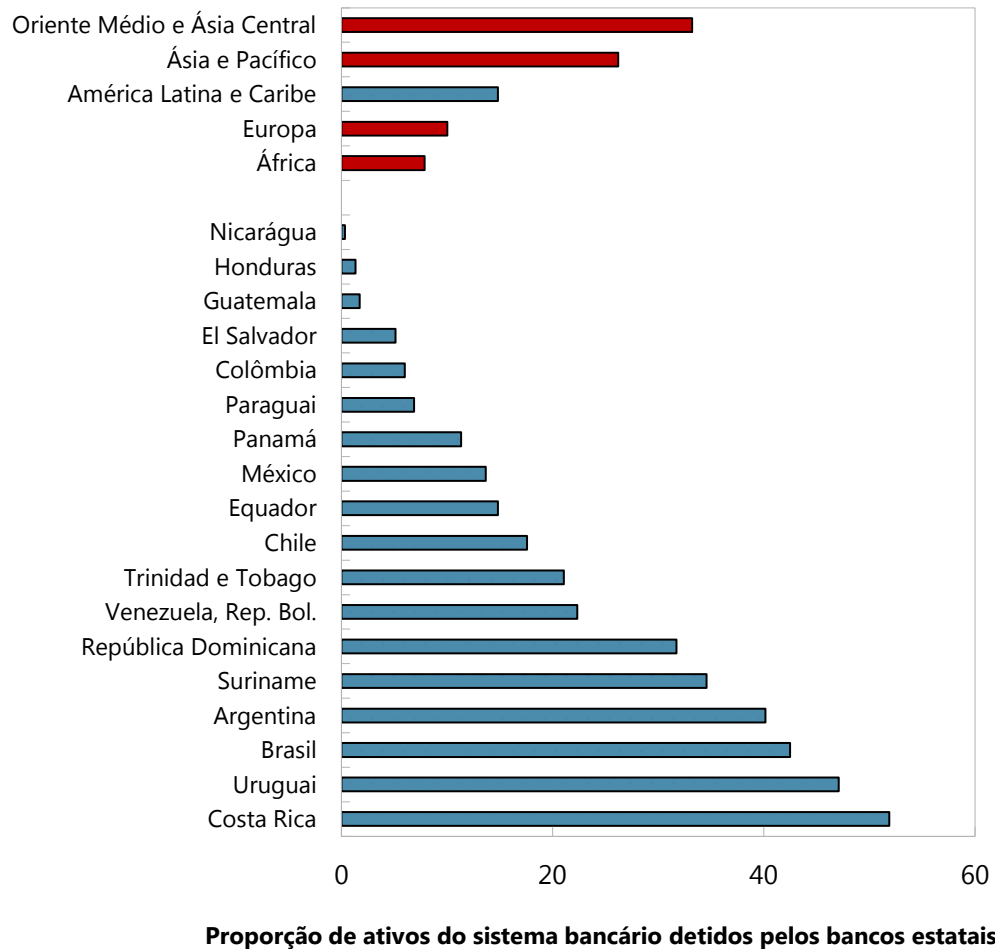
Por Jesus Gonzalez-Garcia e Francesco Grigoli

A participação estatal em bancos ainda é comum no mundo todo, apesar do grande número de privatizações ocorridas nas últimas quatro décadas, durante as quais o papel dos governos na economia foi sendo reduzido. Em média, os bancos de propriedade estatal detêm 21% dos ativos dos sistemas bancários em todo o mundo. Na América Latina e no Caribe, os bancos públicos representam em média cerca de 15% do sistema, mas em alguns casos essa cifra é muito mais elevada: Argentina, Brasil, Uruguai e Costa Rica, por exemplo, apresentam participação estatal superior a 40% (Gráfico 1).

Os bancos estatais desempenham tarefas importantes no sistema financeiro: cumprem algumas funções que não são assumidas pelos bancos privados, financiam projetos que beneficiam o conjunto da economia e concedem crédito em base contracíclica (emprestam mais quando a economia está fraca). Contudo, os bancos públicos também tendem a responder às necessidades dos governos, pois estes participam na sua administração. A presença do governo no sistema bancário tem o efeito indesejado de enfraquecer a disciplina fiscal, ao permitir que o setor público tenha acesso ao financiamento que não obteria de outras fontes.

Em nosso [estudo](#) recente, utilizamos [dados de painel de 123 países](#) para investigar se uma presença maior de bancos estatais no sistema bancário está associada a um maior volume de crédito ao setor público, maiores déficits fiscais e dívida pública e marginalização do crédito ao setor privado.

Gráfico 1. Participação estatal no sistema bancário 1/
(Médias 2008-10)



Fonte: Banco Mundial, *Global Financial Development Report 2013 (Bank Regulation and Supervision Survey)*.
1/ As médias não incluem os países sem bancos estatais.

Relação com o desempenho das contas públicas

A evidência descritiva sugere que quanto maior a participação do governo no sistema bancário, maior também o nível de crédito concedido ao setor público (ver quadro). Dado que os bancos de propriedade estatal podem ajudá-las a relaxar suas restrições de financiamento, as entidades do setor público podem ter acesso a recursos financeiros que provavelmente não estariam disponíveis se o governo não fosse proprietário do banco, ou que poderiam ser obtidos apenas a um custo mais elevado. Em consequência, países em que a presença de bancos de propriedade estatal é mais acentuada podem apresentar um nível de crédito ao setor público relativamente maior, bem como maiores desequilíbrios fiscais e níveis mais elevados de dívida pública. Pode-se observar ainda um declínio do financiamento ao setor privado, o que implica um certo grau de marginalização do crédito ao setor privado.

Crédito ao setor público

(Médias 2008-10)

Países com bancos estatais			Países sem bancos estatais		
Número de países	Crédito ao setor público (como % dos ativos) 1/		Número de países	Crédito ao setor público (como % dos ativos) 1/	
	Média	Mediana		Média	Mediana
75	13,0	8,4	24	9,0	5,7

Fonte: Banco Mundial, *Global Financial Development Report 2013* (base de dados e síntese).

1/ Inclui o governo central, as empresas públicas e os governos locais.

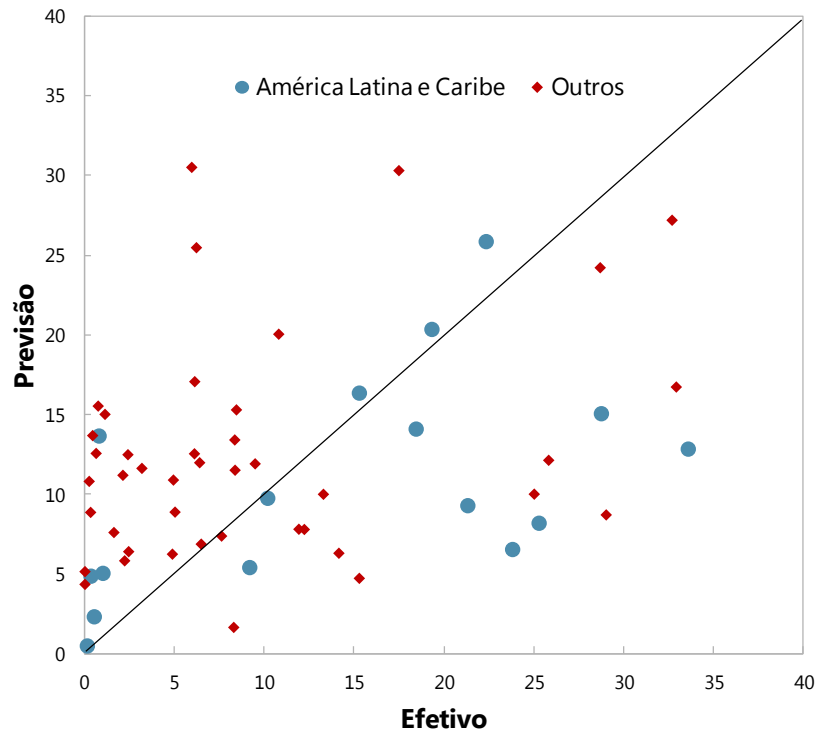
Nossa análise confirma que a disciplina fiscal parece ser mais fraca nos países em que o governo tem uma participação importante no sistema bancário. Em especial, pode-se identificar que um aumento de 1 ponto percentual da detenção de ativos do setor bancário pelo governo está associado a um aumento de 0,4 a 0,5 ponto percentual do crédito ao setor público como porcentagem do total de ativos.

O Gráfico 2 mostra que a maioria das economias latino-americanas e caribenhas se situa à direita da linha de 45 graus, o que indica que os setores públicos dessas economias obtêm mais crédito do que implicam os resultados médios.

Nossos resultados sugerem também que cada ponto percentual adicional na proporção de ativos bancários correspondente a bancos de propriedade do governo está associado a um aumento de 0,2–0,3% do PIB da dívida pública e de 0,15% do PIB do déficit do setor público.

Também há indícios de exclusão do crédito ao setor privado. Um aumento de 1 ponto percentual na detenção de ativos bancários pelo governo está associado a um declínio na parcela de crédito ao setor privado (em relação à parcela destinada ao setor público) ligeiramente superior a 0,5 ponto percentual.

Gráfico 2. Crédito do sistema bancário ao setor público 1/
(Como porcentagem do total de ativos)



Fonte: Cálculos dos autores.

1/ Os valores projetados são derivados de uma regressão de corte transversal utilizando as médias de 2008-10, que incluem um amplo conjunto de variáveis de controle.

O acompanhamento rigoroso das práticas de concessão de crédito é essencial

As autoridades econômicas que tenham como objetivo manter a disciplina fiscal devem melhorar a governança dos bancos de propriedade do governo e suas relações com as entidades do setor público. Do ponto de vista da formulação de políticas, os resultados obtidos indicam a necessidade de estabelecer condições objetivas para promover a disciplina fiscal. Ou seja, além de examinar os aspectos relacionados às receitas e despesas, deve-se avaliar cuidadosamente as fontes de financiamento, sobretudo se estas puderem ser convertidas em fontes cativas para as entidades públicas.

Jesus Gonzalez-Garcia é Economista Sênior da Divisão de Estudos Regionais do Departamento de África. Anteriormente, ocupou o mesmo cargo no Departamento do Hemisfério Ocidental, onde foi responsável por algumas economias caribenhas e pela República Dominicana. O foco de seus estudos é a econometria aplicada, como a identificação de mudanças de regime em modelos de séries temporais, modelos para regimes de metas de inflação e o efeito da maior transparência dos haveres de reservas dos bancos centrais sobre a volatilidade cambial.

Francesco Grigoli é Economista do Departamento do Hemisfério Ocidental, onde é atualmente responsável pela Nicarágua. Anteriormente, no Departamento de Finanças Públicas, foi economista fiscal para a República Dominicana e a República Eslovaca. O principal foco de seus estudos são o ciclo econômico, a política fiscal, os preços e a liquidez nos mercados de commodities, os cenários fiscais de médio prazo e a eficiência da despesa pública.